

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - UFV
CAMPUS FLORESTAL—CAF
INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE — IBF
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

JOÃO VITOR RAMOS DE ALMEIDA BARBOSA

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA INCLUSÃO SOCIAL NAS
ESCOLAS DE MINAS GERAIS**

**FLORESTAL - MINAS GERAIS
2025**

JOÃO VITOR RAMOS DE ALMEIDA BARBOSA

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA INCLUSÃO SOCIAL NAS
ESCOLAS DE MINAS GERAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
Educação Física da Universidade Federal de
Viçosa - Campus Florestal, como requisito
parcial para obtenção do título de Licenciada
em Educação Física. Orientador: Prof. Dr.
Neilton de Sousa Ferreira Júnior

FLORESTAL - MINAS GERAIS
2025

JOÃO VITOR RAMOS DE ALMEIDA BARBOSA

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA INCLUSÃO SOCIAL NAS
ESCOLAS DE MINAS GERAIS**

Relatório final, apresentado à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências para a obtenção do título de licenciatura em Educação Física.

APROVADO: 10 de Julho de 2025

Dr. Neilton de Souza Ferreira Junior
(Coordenador da disciplina EFF 497)
(UFV)

Juliana de Oliveira Torres
(Professora da UFV Campus Florestal)

Reginaldo Marcolan Braga Dias
(Licenciado em Educação Física UFV - Campos Florestal)

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo principal destacar a importância da Educação Física na promoção da inclusão social no ambiente escolar. A prática da Educação Física, além de contribuir para o desenvolvimento físico e motor dos alunos, também desempenha um papel crucial no fortalecimento das relações interpessoais, na aceitação das diferenças e na construção de um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo. A pesquisa se baseia em uma abordagem teórica e qualitativa, com levantamento bibliográfico sobre o tema. Constatou-se que com a atuação consciente e planejada do professor a Educação Física pode ser determinante para que a escola se torne um espaço de convivência democrática e de valorização da diversidade.

Palavras-chave: Educação Física, inclusão social, escola, diversidade, interação.

ABSTRACT

The main objective of this Final Course Work is to highlight the importance of Physical Education in promoting social inclusion in the school environment. The practice of Physical Education, in addition to contributing to the physical and motor development of students, also plays a crucial role in strengthening interpersonal relationships, accepting differences and building a more inclusive and equitable educational environment. The research is based on a theoretical and qualitative approach, with a bibliographical survey on the subject. It is clear that the conscious and planned action of the Physical Education teacher can be decisive for the school to become a space for democratic coexistence and appreciation of diversity.

Keywords: Physical Education,social Inclusion,school, diversity, interaction.

SUMÁRIO

RESUMO.....	4
ABSTRACT	5
SUMÁRIO.....	6
1. INTRODUÇÃO.....	7
2. MÉTODO.....	8
3. 1 EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: FUNDAMENTOS E OBJETIVOS.....	9
3.1 .1 Princípios da inclusão social no contexto escolar.....	10
3.1.2 Inclusão, escola e Educação Física escolar.....	11
3.2 LEGISLAÇÃO COMO ALIADA NA INCLUSÃO SOCIAL ESCOLAR	12
3.3 A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO	13
3.3.1 Estudos empíricos sobre inclusão e Educação Física escolar	14
3.3.4 O papel do professor de Educação Física escolar na inclusão	17
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
5 REFERÊNCIAS	19

1. INTRODUÇÃO

A Educação Física, enquanto componente curricular obrigatório da Educação Básica, é essencial não apenas para o desenvolvimento físico dos estudantes, mas também para a promoção de valores sociais como cooperação, respeito à diversidade e inclusão (BRASIL, 2018). A disciplina tem a tarefa de garantir o acesso dos alunos às práticas da cultura corporal, contribuindo para construção de um estilo pessoal de exercê-las e oferecendo instrumentos para que sejam capazes de apreciá-las criticamente, além de dar a oportunidade a todos os alunos para que desenvolvam suas potencialidades, de forma democrática e não seletiva, visando seu aprimoramento como seres humanos (BRASIL, 2018).

A Educação Inclusiva propõe que todas as pessoas tenham o direito de frequentar a escola comum, com acesso à aprendizagem e participação ativa, independentemente de suas condições físicas, cognitivas, sensoriais, culturais ou sociais. No Brasil, a legislação tem avançado nesse sentido, mas a realidade escolar ainda mostra desigualdades e dificuldades para implementar efetivamente os princípios inclusivos. Em Minas Gerais, a legislação educacional reforça esse compromisso a exemplo a lei estadual mais recente, Lei nº 24.844/2024 referindo-se ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), flexibilização curricular, planejamento individual, inclusive Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades (MINAS GERAIS, 2024) . Outros aliados legais no Brasil como A Lei De Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também asseguram o mesmo propósito .

A Educação Inclusiva é uma construção coletiva que visa garantir o direito de todos à aprendizagem, valorizando a diversidade como princípio pedagógico e social. Segundo Nunes et al. (2021), a inclusão “visa valorizar todos os indivíduos que compõem a sociedade, sejam estes com necessidades educacionais especiais ou pertencentes a minorias culturais, sociais, étnicas, linguísticas e religiosas”, o que evidencia a necessidade de transformar as escolas em espaços de heterogeneidade e acolhimento. Este modelo educacional ultrapassa o paradigma da integração física e propõe práticas que promovam a equidade, a participação e a aprendizagem efetiva para todos os estudantes, combatendo preconceitos estruturais ainda presentes no

sistema de ensino.

Além disso, a inclusão escolar representa um avanço civilizatório e ético, exigindo mudanças na formação docente, na gestão pedagógica e nas políticas públicas. Conforme enfatiza Garozzi et al. (2021), “a plena participação das pessoas com deficiência na sociedade se constitui como condição fundamental para o seu desenvolvimento”, destacando a necessidade de um ambiente educacional que reconheça e respeite as diferentes formas de aprendizagem. A partir dessa perspectiva, a educação não apenas instrui, mas forma cidadãos conscientes, autônomos e socialmente engajados, sendo a inclusão uma ferramenta fundamental para o fortalecimento de uma sociedade mais justa e igualitária. Essa aparente “lacuna” de experiências do cotidiano da prática pedagógica voltada à inclusão de estudantes com deficiência tenta ser preenchida aqui com uma investigação preliminar e mais teórica, visando orientar pesquisas futuras de cunho mais empírico e focadas em contextos específicos.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar a importância da Educação Física no processo de inclusão social nas escolas, considerando aspectos legais, teóricos e metodológicos que permitam caracterizar como a Educação Física é essencial nesse processo. A pesquisa possui um caráter teórico e qualitativo, fundamentando-se em revisão bibliográfica de tipo integrativa, para discutir a importância que Educação Física desempenha na inclusão social nas escolas.

2. MÉTODO

Para a realização deste trabalho foi feito uma revisão bibliográfica integrativa com abordagem teórica e qualitativa com levantamento bibliográfico sobre o tema , este tipo de pesquisa tem como por objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a tornar mais explícito (GIL, 2002, p. 41). Este levantamento bibliográfico segue algumas etapas para que seja corretamente realizado, dentre estas etapas estão: a escolha do tema, levantamento bibliográfico preliminar, elaboração do problema, elaboração do plano provisório do assunto, buscas das fontes, leitura do material, fichamento, organização lógica do assunto e redação do texto.

O levantamento bibliográfico foi feito através da plataforma Google acadêmico, onde foram realizadas buscas de artigos levando em consideração palavras chaves como: importância da educação física, inclusão escolar, práticas pedagógicas inclusivas, estratégias de inclusão na escola, educação inclusiva, educação especial. Com o resultado dessas buscas foi selecionado a partir da leitura, os melhores materiais correlacionando-os com “Importância da Educação Física escolar”.

Na primeira parte do trabalho, apresento uma revisão conceitual sobre o que vem a ser Educação Física, mais precisamente, como esse campo se distingue em âmbito escolar. Nesta parte ainda, dedico algumas linhas aos fundamentos teóricos e objetivos de ensino da área.

Na segunda parte do trabalho, trago considerações sobre a materialidade do conceito de inclusão no ambiente escolar, apresentando suas possibilidades e limites, sobretudo no que se refere ao papel desempenhado pela Educação Física.

Na terceira parte, apresento um percurso histórico da legislação que disciplina a prática pedagógica da inclusão nas escolas e quais dispositivos jurídicos tratam especificamente da Educação Física.

Na quarta parte, estabeleço um diálogo com as principais contribuições teóricas dedicadas ao tema da inclusão e o papel da Educação Física escolar. Na quinta parte, analiso o contexto da formação docente e do papel do professor de Educação Física na dinâmica do ensino inclusivo.

Nas considerações finais, acentuo o quanto a Educação física é importante para a inclusão social nas escolas, trazendo melhorias significativas para o desenvolvimento social dos alunos .

3. 1 EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: FUNDAMENTOS E OBJETIVOS

A Educação Física é um componente curricular que visa a formação integral do indivíduo, abordando aspectos físicos, cognitivos, afetivos e sociais (PINTO et al., 2025). De acordo com Darido e Rangel (2005), a Educação Física deve ser compreendida como uma área de conhecimento que contribui para a aprendizagem de habilidades motoras, o desenvolvimento do corpo e da mente, além da formação

crítica e ética dos estudantes.

Nas escolas, a Educação Física não pode ser vista apenas como um momento de recreação, mas sim como um espaço educativo que promove o desenvolvimento de competências e valores essenciais à convivência social. É na vivência das práticas corporais que os alunos aprendem sobre cooperação, respeito às regras, superação de limites e trabalho em equipe (GAROZZI; CHICON; SÁ, 2021).

Além disso, conforme Bracht (2003), a Educação Física escolar deve proporcionar aos alunos o acesso aos conhecimentos da cultura corporal de movimento, incluindo esportes, jogos, lutas, danças e ginásticas, de modo a garantir uma formação ampla e significativa. Portanto, os objetivos da Educação Física vão além do desenvolvimento motor; ela também colabora para a construção da identidade dos alunos e para o reconhecimento das diversidades existentes na comunidade escolar (PINTO et al., 2025).

3.1 .1 Princípios da inclusão social no contexto escolar

A inclusão social é um princípio que busca assegurar a participação de todos os indivíduos na vida social, econômica, política e cultural da sociedade (SASSAKI, 2003). Na escola, a inclusão refere-se à garantia de que todos os alunos, com ou sem deficiência, tenham acesso à educação de qualidade em igualdade de condições (NUNES et al., 2021).

Segundo Mantoan (2003), a inclusão escolar deve ser compreendida como um direito de todos, e não como um favor ou uma concessão. Trata-se de um processo que exige mudanças nas práticas pedagógicas, na organização da escola e na formação dos professores.

No ambiente escolar, a inclusão social se manifesta por meio de ações que visam à valorização das diferenças, à eliminação de barreiras atitudinais e à promoção de uma cultura de paz e respeito mútuo. Isso implica reconhecer e atender às necessidades educacionais especiais dos alunos, adaptando conteúdos, estratégias e avaliações (MENDES et al., 2020).

A escola inclusiva é aquela que acolhe a diversidade e transforma as diferenças em oportunidades de aprendizagem (REIS; CAPELLINI, 2022). Como aponta Aranha (2001), incluir é permitir que todos aprendam juntos, compartilhando

saberes e experiências, independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou socioeconômicas.

3.1.2 Inclusão, escola e Educação Física escolar

O ambiente escolar tem papel fundamental na formação cidadã e no desenvolvimento integral dos estudantes, sendo também um espaço privilegiado para a promoção da inclusão (EIRAS, 2019). Segundo Mittler (2003), a inclusão escolar pressupõe a reorganização da escola para atender a todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou sociais. Nesse contexto, podemos concluir que é fundamental que a instituição escolar esteja comprometida com práticas pedagógicas que respeitem as diferenças e promovam a equidade, especialmente no que se refere aos alunos com deficiência ou em situação de vulnerabilidade social.

A Educação Física, por sua natureza dinâmica e relacional, contribui significativamente para o processo de inclusão dentro do espaço escolar. De acordo com Sassaki (1997), a inclusão vai além da simples inserção de alunos com deficiência nas escolas regulares; trata-se de uma atitude ética que reconhece o valor da diversidade humana. A prática inclusiva na Educação Física permite que todos os alunos participem de forma ativa nas aulas, respeitando seus limites e potencialidades (FERNANDES, 2014). Para tanto, o professor precisa adaptar conteúdos, estratégias e avaliações, conforme orientações de autores como Mendes (2006), que ressalta a importância do planejamento e da formação continuada do docente. A mediação adequada do professor é fundamental para que os alunos se sintam acolhidos e motivados a participar das aulas, independentemente de suas habilidades motoras (GAROZZI; CHICON; SÁ, 2021). Como destaca Freire (1996), ensinar exige acolhida e diálogo, e esses elementos são indispensáveis para a criação de um ambiente inclusivo.

É imprescindível, portanto, que o compromisso com a inclusão esteja presente no cotidiano escolar de forma prática e contínua, por meio de políticas públicas efetivas, formação adequada dos profissionais da educação e uma cultura escolar baseada nos princípios da equidade, da empatia e da justiça social. A valorização da

diversidade deve ser vista não como um desafio isolado, mas como uma oportunidade de crescimento coletivo. Assim, práticas pedagógicas inclusivas tornam-se instrumentos de transformação social, capazes de formar sujeitos autônomos, críticos e conscientes do seu papel em uma sociedade plural.

3.2 LEGISLAÇÃO COMO ALIADA NA INCLUSÃO SOCIAL ESCOLAR

A legislação educacional brasileira reforça o direito à inclusão escolar, com destaque para a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Esta política orienta que todas as escolas públicas devem oferecer recursos e suporte adequados à aprendizagem de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. A atuação do professor de Educação Física, nesse cenário, deve estar alinhada com tais diretrizes legais, adotando uma abordagem pedagógica que priorize o respeito à diversidade, promovendo a cooperação, a empatia e o desenvolvimento físico e social de todos os alunos.

A Educação Física inclusiva em Minas Gerais representa um avanço significativo na promoção da equidade no ambiente escolar. Fundamentada em legislações específicas, que estabelecem diretrizes para a Educação Especial na rede estadual, como a Lei nº 23.197/2018, que incentiva a formação continuada de professores, o uso de tecnologias assistivas e a prática inclusiva para garantir o direito de participação a todos os estudantes, especialmente aqueles com deficiência, transtornos do espectro autista (TEA) e altas habilidades (MINAS GERAIS, 2018).

Além disso, a Lei nº 23.288/2019 reforça a importância de ações voltadas à diversidade e aos direitos humanos nas escolas, enquanto o Decreto nº 48.660/2023 amplia o papel do esporte inclusivo como ferramenta de integração social. Tais normativas revelam o compromisso do Estado com a inclusão educacional e social por meio da Educação Física (MINAS GERAIS, 2019; MINAS GERAIS, 2023).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) são marcos fundamentais para a consolidação da Educação Física inclusiva no Brasil. A LDB assegura, em seu artigo 58, o direito à educação especializada preferencialmente na rede regular de

ensino, garantindo acesso, permanência e participação de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades (BRASIL, 1996). Complementando esse princípio, a BNCC reafirma a Educação Física como componente obrigatório da formação básica, propondo competências e habilidades que valorizam a diversidade, a cooperação e o respeito às diferenças (BRASIL, 2017). Ao reconhecer as múltiplas formas de expressão corporal e os diferentes ritmos de aprendizagem, a BNCC orienta práticas pedagógicas que favoreçam a inclusão, desafiando os professores a adotarem metodologias flexíveis, acessíveis e que considerem as singularidades de cada estudante, promovendo uma aprendizagem significativa e equitativa para todos (BRASIL, 2017).

3.3 A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO

A Educação Física, por meio das suas práticas corporais, oferece um campo fértil para a promoção da inclusão social. A vivência em grupo, os jogos cooperativos e as atividades que valorizam a participação mais do que o desempenho são estratégias eficazes para incluir todos os alunos, respeitando suas limitações e potencialidades (FERNANDES, 2014).

De acordo com Kunz (2010), a Educação Física crítica deve buscar uma prática pedagógica que favoreça a reflexão sobre a realidade social e estimule a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Isso significa propor atividades que não reforcem estereótipos, mas que valorizem as diferenças e promovam a inclusão de todos os estudantes.

A mediação adequada do professor é fundamental para que os alunos se sintam acolhidos e motivados a participar das aulas, independentemente de suas habilidades motoras. Como destaca Freire (1996), ensinar exige acolhida e diálogo, e esses elementos são indispensáveis para a criação de um ambiente inclusivo.

As práticas corporais, quando bem conduzidas, permitem que os alunos desenvolvam empatia, cooperação e respeito mútuo, contribuindo significativamente para a construção de uma cultura de paz no ambiente escolar.

3.3.1 Estudos empíricos sobre inclusão e Educação Física escolar

Um artigo liderado por Aguiar e Duarte (2005) teve como proposta investigar os “significados da inclusão de pessoas com necessidades especiais nas aulas de Educação Física” do sistema regular de ensino em São Paulo. A pesquisa, de caráter qualitativo-descritivo, envolveu 67 assistentes técnicos pedagógicos em Educação Física, predominantemente com mais de 10 anos de experiência e grande parte formada por faculdades privadas . A ferramenta utilizada foi um questionário semiestruturado, composto por 10 perguntas fechadas e 4 abertas, que buscou mapear o nível de conhecimento desses profissionais sobre inclusão e adaptação curricular.

Os resultados apontam que cerca de 97% dos participantes não se sentiam adequadamente preparados para incluir alunos com deficiência nas aulas. No entanto, essa mesma proporção reconheceu que a participação desses estudantes poderia favorecer a integração na comunidade escolar. A pesquisa também revelou a percepção dos docentes sobre os principais fatores facilitadores necessários à inclusão: (a) apoio governamental para formação continuada, (b) suporte técnico-pedagógico especializado, (c) estrutura física adaptada e (d) recursos didáticos adequados .

A discussão aponta que a formação inicial e continuada de professores de Educação Física ainda falha em contemplar a perspectiva inclusiva, mantendo-se um viés dominante voltado à cultura esportiva e competitiva . As barreiras encontradas – excesso de alunos por turma, falta de equipamentos e apoio especializado, déficits na infraestrutura – reproduzem uma resistência sistêmica à inclusão. Apesar disso, há consenso entre os participantes sobre o potencial transformador da educação física inclusiva para promover valores como cooperação, autoestima e pertencimento. O estudo enfatiza a necessidade de políticas educativas mais robustas e de investimentos estruturais e formativos voltados à construção de uma prática pedagógica verdadeiramente inclusiva.

Nesta mesma linha, a dissertação de mestrado realizado por Costa (2010), entre os anos de 2007 e 2008, em escolas públicas e privadas da cidade de São Carlos (SP), realizou-se uma pesquisa qualitativa através de entrevistas, com estudantes de faixa

etária entre 16 a 27 anos, investigou como ocorre inclusão de estudantes com deficiência visual nas aulas de Educação Física escolar. O autor buscou compreender as vivências desses alunos e as percepções dos professores sobre o processo inclusivo.

Os achados revelam que, apesar do reconhecimento do direito à participação de alunos com deficiência nas aulas regulares, a inclusão dificilmente ocorre de forma efetiva, sobretudo devido à fragilidade na formação docente. Muitos professores de educação física relataram não se sentirem preparados para planejar e conduzir atividades adaptadas, o que evidencia lacunas nos cursos de licenciatura e na ausência de capacitação continuada (COSTA, 2010).

Por sua vez, os estudantes demonstraram insatisfação com o tratamento recebido e afirmaram que, quando há adaptações curriculares, a experiência torna-se mais positiva e significativa. O estudo destaca que a Educação Física possui um potencial inclusivo expressivo, especialmente em função de sua flexibilidade pedagógica; no entanto, essa potencialidade está diretamente vinculada à formação e à qualificação dos professores.

Sem apoio institucional, formação continuada e mudanças estruturais no ambiente escolar, a prática inclusiva tende a permanecer limitada e parcial. Para que se avance nesse campo, Costa (2010) defende o investimento em cursos de formação inicial e em serviço, destacando a importância da Educação Física como componente curricular que deve ser articulado ao processo de inclusão escolar.

Seguindo a cronologia, uma dissertação mais recente, de Juliana Maria Cardoso Eiras (2019), intitulada Educação Física escolar e inclusão de alunos surdos: diálogo entre corpos, línguas e emoções, analisa os modos pelos quais estudantes surdos experienciam as aulas de Educação Física em escolas inclusivas. A autora parte do pressuposto de que a inclusão de alunos com deficiência, especialmente surdos, não deve se restringir à presença física nas turmas regulares, mas requer mudanças pedagógicas profundas que envolvem linguagem, afetividade e corporeidade. Com isso, o estudo buscou compreender como se articulam os elementos da comunicação – especialmente a Língua Brasileira de Sinais (Libras), o corpo e as emoções – nas práticas pedagógicas da Educação Física voltadas para estudantes surdos.

A metodologia da pesquisa desenvolvida por Eiras (2019) teve base na abordagem qualitativa, com inspiração na pesquisa participante e nos pressupostos da pesquisa narrativa, considerando a escuta e a experiência como centrais para a compreensão do fenômeno estudado. A autora realizou o estudo em duas escolas públicas do município do Rio de Janeiro que atendiam alunos surdos incluídos em turmas regulares. Os sujeitos participantes foram três estudantes surdos, entre 13 e 15 anos, e dois professores de Educação Física, com atuação direta nas turmas desses alunos. A seleção dos participantes foi feita por amostragem intencional, com base na acessibilidade da pesquisadora às escolas e na presença de alunos surdos incluídos nas aulas regulares de Educação Física. A escolha por esse grupo visava compreender, em profundidade, as experiências de inclusão desses estudantes em um ambiente em que o corpo e o movimento são os principais meios de interação.

A coleta de dados se deu por meio de observações sistemáticas das aulas, entrevistas semiestruturadas com os professores e alunos (com mediação de intérprete de Libras, quando necessário), além da elaboração de diários de campo reflexivos. Esse conjunto de estratégias metodológicas permitiu à autora captar as nuances da comunicação não verbal, dos gestos, das expressões emocionais e dos desafios enfrentados pelos alunos surdos no ambiente escolar. A abordagem narrativa deu voz aos sujeitos e possibilitou a análise das experiências sob uma perspectiva sensível à subjetividade, à linguagem do corpo e à dimensão afetiva presente nas práticas pedagógicas da Educação Física.

Os resultados apontam que a Educação Física, por ser uma disciplina centrada nas expressões corporais, apresenta grande potencial para a inclusão de alunos surdos. Mesmo diante de obstáculos como a ausência de intérprete ou a limitação dos professores em Libras, os estudantes surdos conseguem se comunicar e participarativamente das aulas, utilizando gestos, expressões faciais e sinais adaptados. O corpo, neste contexto, torna-se linguagem potente e meio de conexão com os colegas e com o conhecimento. A autora também identificou que a afetividade e a disposição dos professores para escutar e interagir com os alunos surdos são fatores determinantes para a criação de vínculos e para o fortalecimento da inclusão.

Na conclusão, Eiras defende que a presença de estudantes surdos desafia os modelos tradicionais de ensino, demandando um reposicionamento ético e pedagógico dos educadores. A Educação Física pode ser um espaço fértil para esse processo, desde que os professores estejam abertos ao diálogo com diferentes formas de linguagem e reconheçam o corpo como uma dimensão complexa que envolve comunicação, emoção e subjetividade. A autora propõe que a formação docente inclua o estudo da Libras, da cultura surda e das práticas inclusivas para que as escolas possam efetivamente acolher e educar todos os estudantes. O estudo reforça a ideia de que incluir é criar condições para que todos participem plenamente, respeitando suas singularidades e modos próprios de ser, estar e aprender no mundo.

3.3.4 O papel do professor de Educação Física escolar na inclusão

O professor de Educação Física tem papel central na promoção da inclusão social. Sua atuação deve ser pautada na escuta, no respeito às diferenças e na adaptação das atividades às necessidades dos alunos. É necessário que ele tenha sensibilidade para perceber as dificuldades e potencialidades de cada estudante e competência para planejar aulas que envolvam todos.

Segundo Sassaki (1997), a inclusão não é uma técnica, mas uma postura ética e política. Assim, cabe ao professor assumir uma postura crítica e reflexiva diante da sua prática, buscando constantemente se atualizar e aprimorar suas estratégias pedagógicas.

A formação continuada é essencial para que o professor esteja preparado para enfrentar os desafios da inclusão. Além disso, a articulação com outros profissionais da escola, como pedagogos, psicólogos e cuidadores, contribui para a criação de um ambiente mais acolhedor e inclusivo.

Outro aspecto relevante é o planejamento participativo, no qual os alunos são ouvidos e suas sugestões consideradas. Isso fortalece o sentimento de pertencimento e aumenta o engajamento nas atividades propostas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a importância da Educação Física na inclusão social nas escolas, com foco nas instituições de ensino de Minas Gerais. Através de uma abordagem teórica e qualitativa, ancorada em uma revisão bibliográfica integrativa, o trabalho evidenciou que a Educação Física, por sua natureza prática, relacional e corporal, representa um espaço privilegiado para promover o acolhimento, o respeito à diversidade e o desenvolvimento integral dos alunos. A pesquisa reforça que, para além da melhoria das capacidades motoras, a disciplina possui um forte potencial de transformação social ao estimular valores como cooperação, empatia, solidariedade e cidadania.

Durante a análise, observou-se que a inclusão escolar requer uma postura ativa dos professores, políticas públicas consistentes e ambientes educacionais que reconheçam e valorizem as diferenças. A Educação Física inclusiva, quando bem planejada e adaptada às necessidades dos estudantes, permite a participação efetiva de todos, independentemente de suas limitações físicas, sensoriais, cognitivas ou sociais.

Dessa forma, conclui-se que a Educação Física, quando compreendida em sua dimensão educacional e inclusiva, contribui significativamente para o desenvolvimento integral dos alunos e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, afirmando a importância dela para contribuição na inclusão social escolar.

5 REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. **História da educação especial**. São Paulo: Moderna, 2001.

AGUIAR, João Serapião de; DUARTE, Édison. Educação inclusiva: um estudo na área da educação física. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 11, n. 2, p. 223–240, maio/ago. 2005. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbee/a/rL3CHBMyYt5zQmjftwLswtx/>. Acesso em: 07 jul. 2025.

BRACHT, Valter. **A constituição das teorias pedagógicas da Educação Física brasileira**. Campinas: Autores Associados, 2003.

BRASIL. **Lei nº 23.197, de 18 de dezembro de 2018**. Dispõe sobre a Política Estadual de Educação Especial. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em:
<https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/23197/2018/>. Acesso em: 27 maio 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 07 jul. 2025.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2017**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 9 jul. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 07 jul. 2025.

COSTA, Vanderlei Balbino da. **Inclusão escolar na Educação Física:** reflexões acerca da formação docente. Motriz: Revista de Educação Física, Rio Claro, v. 16, n. 4, p. 889–899, out./dez. 2010.

DARIDO, Suraya Cristina; RANGEL, Irene Conceição Andrade. **Educação Física na escola:** implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

EIRAS, Juliana Maria Cardoso. **Educação Física escolar e inclusão de alunos surdos: diálogo entre corpos, línguas e emoções.** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FERNANDES, Lucas de Oliveira. **Jogos cooperativos como ferramenta de inclusão na educação física escolar.** Brasília: UniCEUB, 2014.

GAROZZI, Gabriel Vighini; CHICON, José Francisco; SÁ, Maria das Graças C. da. Educação física escolar e inclusão: o que dizem os estudos? **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 29, n. 3, 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**, 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HILDEBRANDT-STRASSMANN, Reiner. **Educação Física na Escola: uma proposta de transformação.** São Paulo: Cortez, 2001.

KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte.** Ijuí: Unijuí, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**

São Paulo: Moderna, 2003.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Resolução SEE nº 4.421, de 17 de agosto de 2020. Dispõe sobre a Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva no sistema estadual de ensino de Minas Gerais. Belo Horizonte: SEE/MG, 2020. (A)

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. Resolução SEE nº 4.256, de 9 de janeiro de 2020. Dispõe sobre as diretrizes da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no sistema estadual de ensino. Belo Horizonte, 2020. Disponível em:

<https://lappeei.fae.ufmg.br/resolucao-see-no-4-256-2020-de-9-de-janeiro-de-2020/>. Acesso em: 27 maio 2025. (B)

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Educação inclusiva: construindo sistemas educacionais para todos.** Brasília: MEC/UNESCO, 2006.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

MACHADO, Bruno F. **Análise de estratégias pedagógicas-metodológicas de professores de Educação Física para a inclusão. 2022.** Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/243710>. Acesso em: 9 jul. 2025.

MENDES, Everaldo dos S. et al. (Orgs.). **Educação, diversidades e inclusão: travessias pedagógicas e sociais em tempos de pandemia.** Curitiba: Bagai, 2020.

PINTO, Jacyguara C. et al. O papel da educação física no desenvolvimento social e emocional dos alunos. Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem – REBENA, v. 11, p. 3–12, 2025.

NUNES, Débora R. P. et al. (Orgs.). **Educação inclusiva: conjuntura, síntese e**

perspectivas. Marília: ABPEE, 2021.

REIS, Verônica Lima dos; CAPELLINI, Vera Lucia Messias Fialho (Orgs.). **Desafios e propostas atuais da educação inclusiva.** Araraquara: Padu Aragon, 2022.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

SOUZA, Elinaldo Leal de. **Inclusão de alunos com deficiência visual nas aulas de Educação Física: análise de vivências escolares.** Motriz: Revista de Educação Física, Rio Claro, v. 16, n. 3, p. 700–710, jul./set. 2010.